

## **Informação**

**Projetos de Resolução n.ºs 484 e 486 (PSD), 368 e 541 (BE) e 834/XIII (2.ª) PCP**

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 10 de maio de 2017

- «Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de gerir com responsabilidade e investimento os recursos do Serviço Nacional de Saúde»
- «Recomenda ao Governo que prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de reduzir o recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde»
- «Poupar no financiamento a privados para investir no Serviço Nacional de Saúde»
- «Maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do Serviço Nacional de Saúde»
- «Maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do Serviço Nacional de Saúde»
- «Recomenda ao Governo a contratação de profissionais de saúde e a integração dos profissionais de saúde contratados ao abrigo dos planos de contingência no quadro de pessoal das instituições de saúde».

1. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD tomaram a iniciativa de apresentar os Projetos de Resolução (PJR) n.º 484 e n.º 486, os do BE apresentaram os Projetos de Resolução n.º 368 e n.º 541 e os do PCP o Projeto de Resolução n.º 834/XIII (2.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. As iniciativas do PSD deram entrada na Assembleia da República a 28 de setembro de 2017, tendo sido admitidas a 30 de setembro, data em que baixaram à Comissão de Saúde; as iniciativas do BE deram entrada a 08 de junho e a 04 de novembro, tendo sido admitidas a 09 de junho e 08 de novembro, respetivamente, data em que baixaram à Comissão de Saúde; a iniciativa do PCP deu entrada a 04 de maio, tendo sido admitida a 09 de maio, data em que baixou à Comissão de Saúde.

3. A discussão dos Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 484 e 486 (PSD), 368 e 541 (BE) e 834 (2.ª) ocorreu nos seguintes termos:

O Deputado Luís Vales apresentou o PJR n.º 484/XIII (2.ª) que recomenda ao Governo que *«prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de gerir com responsabilidade e investimento os recursos do Serviço Nacional de Saúde»*. Recordou que em 2010 havia um défice superior a 930 milhões de euros e que a dívida total a fornecedores era superior a 3,2 mil milhões de euros, o que equivalia a 1,8% do PIB, valores que o Governo do PSD e CDS-PP inverteu. Frisou que no 1.º trimestre deste ano o investimento caiu cerca de 20%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, assim como aumentou o atraso nos pagamentos por parte dos hospitais EPE e, a este propósito, deu como exemplo as declarações do Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, que referiu que além dos hospitais não lhe pagarem, ainda devolvem as faturas à Liga para que a despesa não conte para o défice. Considera assustador o silêncio do BE e do PCP relativamente a esta matéria.

De seguida apresentou o PJR n.º 486/XIII (2.ª), que recomenda ao Governo que *«prossiga a política dos anteriores executivos no sentido de reduzir o recurso à contratação de médicos na modalidade de prestação de serviços no âmbito do Serviço Nacional de Saúde»*. Disse que o Ministério da Saúde prometeu reduzir a despesa do SNS, o que não foi conseguido, porque em 2016 voltou a disparar. Disse ainda que as iniciativas do BE não são sérias, designadamente quando recomendam dar mais autonomia aos hospitais, esquecendo que há um despacho do Governo de sentido contrário.



## Comissão de Saúde

---

O Deputado Moisés Ferreira apresentou os PJR's n.º 368/XIII (2.ª) e n.º 541/XIII (2.ª) que propõem, respetivamente «*poupar no financiamento a privados para investir no SNS*» e dar «*maior autonomia para celebração de contratos por parte das entidades do SNS*». Lembrou que a austeridade levou médicos e enfermeiros a abandonar o país, reduzindo assim a capacidade de resposta em muitos hospitais, quer em situação de urgência quer em situações programadas. Entende que o aproveitamento da capacidade do SNS permitirá uma resposta mais atempada, nomeadamente pela redução das listas de espera e diminuição do recurso a privados. Em vez de entregar hospitais aos privados, o BE propõe o aumento do investimento no SNS porque o atual é insuficiente. Anunciou que não acompanha as propostas do PSD porque são revanchistas.

A Deputada Carla Cruz esclareceu que sobre a questão da dívida há muito que o PCP tem referido existir subfinanciamento do SNS. Recordou que o PSD se absteve na votação de uma iniciativa do PCP que visava o reforço da resposta pública e que votou contra o diploma que recomendava uma redução progressiva da subcontratação de profissionais. Recordando ainda que quem encerrou instituições do SNS foi o anterior Governo.

Em seguida, apresentou o PJR n.º 834/XIII (2.ª) que «*Recomenda ao Governo a contratação de profissionais de saúde e a integração dos profissionais de saúde contratados ao abrigo dos planos de contingência no quadro de pessoal das instituições de saúde*». Pese embora os passos dados no sentido da reversão de medidas dos direitos dos trabalhadores, quanto à reposição dos salários e das 35 horas, os profissionais estão profundamente desmotivados, e as contratações de profissionais, em todas as carreiras, estão aquém das necessidades do SNS. Outra preocupação prende-se com o trabalho precário, não deixando de mencionar o número de médicos indiferenciados, que não tiveram acesso à formação e, se não se atuar, esse número crescerá.

De seguida usaram da palavra os seguintes Deputados:

António Sales falou do Relatório Trimestral da ACSS que apresenta dados positivos relativamente ao mesmo período de 2016, salientando que se fizeram mais consultas médicas e de enfermagem, que há menos utentes sem médico de família, prevendo-se um incremento de USF's, pelo que se congratula com a preocupação deste Governo em colocar as pessoas no centro do sistema. Deu conta do Despacho n.º 3796-A, de 5 de maio, sobre a rentabilização do SNS, referindo que o Ministério da Saúde pretende «*fomentar a rentabilização dos equipamentos e dos recursos humanos do SNS, limitando a subcontratação a entidades externas aos casos em que a capacidade instalada estiver esgotada*». Este Governo tem feito um esforço na internalização de

Comissão de Saúde

serviços e no repensar das PPP's e, apesar das dificuldades, pretende alcançar os objetivos até ao final da Legislatura.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que é inegável a quebra de investimento no SNS, que cresceram as dívidas aos fornecedores e se alargou o prazo de pagamento, o que pode pôr em perigo o SNS. Lembrou que está a decorrer uma greve dos médicos, alegando falta de seriedade do Governo em resolver as questões. É lamentável que se continue num «*passa-culpas*» com o passado. Já chega de ambivalência dos partidos que apoiam o Governo, que nas alturas chave devem assumir a sua posição e aprovar o orçamento necessário e outras medidas, não tendo uma postura dúbia e inconsistente com aquilo que apresentaram no passado. Disse esperar que deixe de haver uma oposição encapotada.

4. Os Projetos de Resolução n.ºs 484/XIII e 486/XIII (2.ª), do PSD, 368/XIII e 541/XIII (2.ª), do BE e 834/XIII (2.ª), do PCP, foram objeto de discussão na Comissão de Saúde, em reunião de 10 de maio de 2017.

5. A informação relativa à discussão conjunta dos 484/XIII (2.ª), 486/XIII (2.ª), 368/XIII (2.ª), 541/XIII (2.ª) e 834/XIII (2.ª) será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 10 de maio de 2017

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(José de Matos Rosa)**